



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

## TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS DE TIC – LEI 14.133/2021

**(MODELO AGU ATUALIZADO EM MAIO/2023)**

**(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0006248-49.2023.4.01.8006)**

**Referência: Arts. 12 a 24 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022**

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de **empresa especializada na prestação de serviços de Acesso à Internet para a Seção Judiciária de Goiás em Goiânia**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VELOCIDADE (Mbps)	CATMAT	UN	QTD	VALORES (R\$)		
							UNITÁRIO MENSAL	12 MESES	30 MESES
1	1	Link Internet IP dedicado, simétrico, 6 IP's, incluindo Appliance SDWAN	1.000	26484	mês	30	R\$ 14.876,00	R\$ 178.512,00	R\$ 446.280,00
	2	Link Internet IP dedicado, simétrico, 6 IP's	1.000	26484	mês	30	R\$ 7.561,43	R\$ 90.737,16	R\$ 226.842,90
TOTAL							R\$ 22.437,43	R\$ 269.249,16	R\$ 673.122,90

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os requisitos contidos na especificação técnica correspondem aos tipos de serviços de comunicação praticados pelas empresas nacionais do ramo, não sendo inseridas exigências especiais.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **30 meses** com início estimado em 25/06/2025, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o fornecimento desse serviço é imprescindível para a prestação jurisdicional, pois são esses links que mantêm a comunicação entre as unidades da SJGO, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar

1.4. O futuro contrato será assinado na forma eletrônica e a pessoa física que irá assinar o contrato terá o prazo de **até 5 (cinco) dias, contados da data da adjudicação do Pregão Eletrônico**, para providenciar o cadastro, conforme orientações abaixo:

a) acessar o link [SEI Acesso para Usuários Externos](#), clicar "*Clique aqui para se Cadastrar*" seguir as orientações e enviar os documentos;

b) em seguida, o usuário receberá um e-mail (endereço informado no cadastro) automático do sistema com informações para ativação do referido cadastro. Para tanto, será necessário enviar a documentação **completa** requerida e na forma solicitada;

c) o acesso será liberado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo de extrema importância o envio de toda a documentação, caso contrário, ao tentar acessar o sistema, aparecerá mensagem de "Cadastro do usuário pendente";

d) uma vez ativado o acesso ao sistema, o signatário poderá assinar todos os documentos disponibilizados pela Administração, que enviará e-mail informando a liberação para assinatura;

e) as dúvidas poderão ser dirimidas pelo e-mail: **secon.go@trf1.jus.br**

1.5. Liberado o contrato, o signatário terá até 5 (cinco) dias corridos para assinatura, ou, se necessários, em prazo inferior a ser comunicado pela Secon;

1.8.1 Caso o signatário não assine o contrato dentro do prazo estabelecido, será advertido e lhe será concedido novo prazo, se possível, e, em caso de reincidência, poderá ser imputada à empresa multa de 0,5% sobre o valor adjudicado, por dia de atraso na assinatura.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A solução de TIC consiste na aquisição de 2 (dois) links simétricos dedicados de acesso à internet com velocidade de 1Gbps, em cada um dos links, e serviço de SD-WAN para atender a Seção Judiciária de Goiás, nos termos da tabela abaixo.

Lote	Item	Descrição	Velocidade Gbps
1	1	Link Internet IP dedicado, simétrico, 6 IP's, incluindo Appliance SDWAN	1
	2	Link Internet IP dedicado, simétrico, 6 IP's	1

## 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se em razão da necessidade da continuidade da prestação de serviços de acesso à internet, uma vez que o atual contrato nº 12/2019 (8359651) possui vigência até 24/06/2025 (Cláusula Segunda do 3º Termo de Aditivo 20390442).

3.2. Ressalte-se que a contratação se mostra também necessária visando a diminuição das interrupções dos links, situação que tem gerado reclamações por parte das subseções (0016702-93.2020.4.01.8006 e 0013067-07.2020.4.01.8006).

3.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3.4. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Acesso à Internet para a Seção Judiciária de Goiás em Goiânia está contemplada no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – [PETI para 2021-2026](#) aprovado pela resolução [CJF-RES-685/2020](#) de 15 de dezembro de 2020 (Objetivo 1 - Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal), bem como no Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da Primeira Região – PDTI-TRF1 2021/2023 (17177073), aprovado pelo CGTI-JF1(17188609).

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Requisitos de Capacitação

4.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

### Requisitos Legais

4.2. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis, **conforme previsto no ETP**.

### Requisitos de Manutenção

4.3. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

4.4. A fornecedora da Solução prestará suporte técnico em todas as localidades, e edificações nas localidades, onde forem instalados os links, para garantir a continuidade e manutenção do negócio;

4.5. O suporte poderá ser remoto em casos de (re)configuração de equipamentos e necessariamente presencial em casos de intervenções "mecânicas", tais como rompimento de cabos e troca de equipamentos;

4.6. A CONTRATANTE providenciará, a pedido da CONTRATADA, rotas **temporárias** em seus firewalls para atividades **eventuais** de configuração remota.

### Requisitos Temporais de Projeto e Implementação

4.7. A CONTRATADA deverá em, no máximo, de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir da emissão da ordem de serviço, finalizar a implantação de todos os circuitos e equipamentos (caso necessário) que compõem a solução de comunicação de dados da Seção Judiciária de Goiás.

4.8. A implantação obedecerá à seguinte ordem:

<b>prazo (dias)</b>	<b>evento</b>	
0	1	Assinatura do contrato
3	2	reunião kick-off
5	3	apresentação do projeto executivo
3	4	aprovação do projeto executivo e emissão da ordem de serviço
45	5	Implantação dos Links Internet na Seção Judiciária
3	6	Testes dos links
2	7	Termo de recebimento provisório
5	8	Período de funcionamento experimental
2	9	Termo de recebimento definitivo
5	10	Início do Faturamento

4.9. A CONTRATADA deverá agendar uma reunião de kick-off em até três dias após a assinatura do contrato

4.10. A CONTRATADA deverá apresentar o Plano do Projeto contendo o cronograma de implantação e migração dos serviços em no máximo **5 (cinco) dias corridos** contados a partir da reunião de kick-off;

4.11. O Plano do Projeto de implantação e migração deverá ser aprovado pela CONTRATANTE, em até **3 (três) dias corridos** após sua apresentação;

4.11.1. O Plano do Projeto de implantação e migração deverá ser elaborado de forma a não influenciar na rede de dados hoje instalada e sem interrupção dos serviços existentes;

4.11.2. O Plano de Projeto deverá contemplar cronograma estimativo das ativações dos circuitos, considerando os critérios a seguir:

4.11.2.1. Prazo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos** para implantação dos links de dados, a partir da aprovação do Plano de Projeto e emissão da(s) Ordem(s) de Serviço;

4.11.2.2. O período de teste de cada um dos circuitos não estará sujeito à remuneração de nenhum tipo, podendo estes ser utilizados até aceite final, observando os critérios descritos no item 3 - Testes dos Circuitos;

4.12. O início da implantação dar-se-á somente após a aprovação, pela CONTRATANTE do Plano do Projeto;

4.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.14. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

### **Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.15. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e a **comunicação pelos links internet será criptografada, pela contratante, para garantir sigilo dos dados na sua passagem pela rede mundial.**

### **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.16. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.16.1. Observação das normas vigentes relativas ao desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações públicas, bem como o disposto na [Resolução CNJ nº 400 de 16/06/2021](#), que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

4.16.2. Não se aplica requisito social ou cultural, pois esta aquisição não implicará mudança nos termos de uso da rede.

4.16.3. Não se aplica requisito ambiental, pois esta aquisição não requer adaptações no ambiente e nem requer necessidade de remanejamento de equipamentos que causem impactos no ambiente.

### **Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

4.17. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.18. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

### **Requisitos de Garantia e Manutenção**

4.19. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

### **Requisitos de Experiência Profissional**

4.20. Os serviços de suporte técnico deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

### **Requisitos de Formação da Equipe**

4.21. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

### **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.22. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço

(OS) emitida pela Contratante.

4.23. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.24. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma:

4.24.1. A Contratada deverá disponibilizar para a Seção Judiciária de Goiás um número único nacional não tarifado (0800) e um portal na internet, para abertura de chamados de suporte técnico e acompanhamento dos níveis de serviços prestados. Entende-se por portal, ferramenta de gerência acessível pela internet, com acesso restrito através de usuário/senha eletrônica e utilizando-se de protocolo HTTPS.

4.24.2. A Contratada deve fornecer número de protocolo após a abertura de chamado, considerando quaisquer das modalidades de abertura.

4.24.3. A Central de Atendimento ou canal de aplicativo de troca de mensagens deve estar à disposição da Contratante para recebimento de reclamações e solicitações de serviços no período de 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano.

4.24.4. As informações relativas aos chamados deverão ser atualizadas automaticamente sempre que houver alguma alteração em sua situação. O tipo de informação acerca do chamado deve obedecer: a Identificação do chamado (Id), Identificação do circuito e acesso, data e hora da abertura, Tipo da Ocorrência (indisponibilidade, retardo, taxa de erro e taxa de perda). No fechamento do chamado: Identificação do chamado (Id), Data e hora do fechamento, Indicativo de procedência e improcedência. Em pendência: Identificação do chamado (Id), Data e hora de início, Data e Hora de fim.

4.24.5. Os registros dos chamados deverão conter todas as informações relativas ao chamado aberto, como tempo de início e fim de atendimento, identificação do elemento (equipamento, enlace ou serviço) afetado, nome, fone e e-mail do contato na Contratante que foi posicionado acerca do reparo e restabelecimento do serviço, descrição detalhada da resolução do chamado com um código associado e responsabilidades.

4.24.6. Chamados para indisponibilidade de qualquer link devem ser abertos automaticamente.

4.25. O portal de acompanhamento dos serviços deverá possuir acesso aos históricos dos registros das ocorrências e registros de solicitações e reclamações enviadas pela Seção Judiciária de Goiás em relação aos serviços prestados.

4.26. O portal de acompanhamento dos serviços deverá possibilitar que sejam visualizados e impressos os relatórios das informações de desempenho a respeito da malha dos serviços prestados.

4.27. O portal de gerenciamento poderá ser constituído de um ou mais softwares de gerenciamento e deverá prover, no mínimo, as seguintes informações:

4.27.1. Disponibilidade diária dos circuitos, em percentual;

4.27.2. Consumo de banda dos enlaces (entrada e saída) com os valores médios e de pico dos últimos 30 (trinta) dias, separados por semana e dia;

4.27.3. Consumo de banda por classe de serviço com os valores médios e de pico dos últimos 30 (trinta) dias, separados por semana e dia;

4.27.4. Latências dos enlaces com valores instantâneos, médios e de pico dos últimos 90 (noventa) dias;

4.27.5. Percentuais de ocupação de CPU e memória dos roteadores, instantâneos e médias dos últimos 90 (noventa) dias.

4.28. Todos os equipamentos destinados ao funcionamento do serviço, alocados em ambiente da Contratada, deverão ser acessíveis a partir de plataformas de gerenciamento SNMP, localizadas na rede interna da Seção Judiciária de Goiás.

4.29. Os agentes SNMP instalados nos equipamentos deverão suportar mensagens nas versões v1, v2 e v3, para realização de consultas de objetos da MIB II (RFC1213) e da host-resources-MIB (RFC1514).

4.30. Após a assinatura do contrato, a Seção Judiciária de Goiás informará à Contratada os endereços IP

dos seus sistemas de gerenciamento da rede (NMS) que deverão estar autorizados a realizar consultas SNMP (get) nos equipamentos da rede, receber traps SNMP e o nome da comunidade (community string) que deverá ser configurado.

4.31. Todos os equipamentos destinados ao funcionamento da rede, alocados em ambiente da Contratada, deverão ser capazes de encaminhar mensagens syslog para plataformas de armazenamento de logs, localizadas na rede interna da Seção Judiciária de Goiás.

4.32. Após a assinatura do contrato, a Seção Judiciária de Goiás informará à Contratada os endereços IP dos seus sistemas de armazenamento que deverão receber as mensagens syslog.

4.33. Deverá ser disponibilizada geração e emissão de relatórios gerenciais que permitam o acompanhamento da qualidade dos serviços, dos níveis de serviço contratados e validação das faturas.

4.34. O serviço de gerenciamento deve atuar de forma pró-ativa, antecipando-se aos problemas na rede e garantindo a qualidade do serviço estabelecida no Anexo I – Níveis Mínimos de Serviço (NMS), realizando abertura, acompanhamento e fechamento de chamados técnicos relacionados com indisponibilidade e desempenho no serviço de rede, operando em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante toda a vigência do contrato.

4.35. A indisponibilidade dos dados de gerência (coleta não realizada, dados não acessíveis) poderá ser contabilizada como indisponibilidade do(s) serviço(s) associado(s), passível de desconto, no período em que os dados não forem coletados ou ficarem inacessíveis, caso isto implique perda de dados de gerenciamento.

4.36. A Contratada deverá disponibilizar, ainda, um número de telefone à Seção Judiciária de Goiás para contato com a área de 1º nível para solução de problemas urgentes que necessitem a atuação imediata, tais como: reinício de interfaces de roteadores, alteração de descrição de interfaces, conferência de aplicação de políticas nos roteadores, ativação de modo debug de forma temporário para diagnóstico, configuração de velocidade e modo de operação de interfaces, elaboração de listas de acesso temporárias e reinício de equipamentos.

4.37. A solução de gerenciamento deve possuir ferramenta capaz de receber e analisar tráfego dos roteadores e appliances SD-WAN utilizando Netflow, IPFIX ou similar.

4.38. Deve ser capaz de agrupar os tráfegos em aplicações utilizando pelo menos os seguintes critérios, redes de origem/destino, protocolo da camada de transporte, lista de porta de origem/destino da camada de transporte. Deve ser possível visualizar gráficos de cada link separando o tráfego com base nas aplicações em cores diferentes. Deve ser possível atualizar o gráfico omitindo/mostrando cada uma das aplicações.

4.39. Deve ser capaz de agrupar os tráfegos em classes de QoS. Deve ser possível visualizar gráficos de cada link separando o tráfego com base nas classes de QoS com em cores diferentes. Deve ser possível atualizar o gráfico omitindo/mostrando cada uma das classes de QoS.

4.40. Deve permitir o agrupamento de interfaces de hosts diferentes, formando uma interface agregada para fins de detalhamento de tráfego.

4.41. Deve apresentar em gráficos separados o tráfego de entrada e de saída de cada link.

4.42. Deve permitir a elaboração de relatórios dos fluxos de comunicação em que deve ser possível verificar IP de origem e destino, protocolo da camada de transporte, porta de origem e destino da camada de transporte.

4.43. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

## **Vistoria**

4.44. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.44.1. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, o licitante não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em decorrência de futura contratação;

4.44.2. Eventuais agendamentos poderão ser efetuados através dos contatos elencados na Especificação Técnica anexa.

## **Subcontratação**

4.45. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Garantia da Contratação**

4.46. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões a seguir:

4.46.1. Os custos suportados pela Administração para a execução do serviço não são de grande vulto e não são possuem riscos consideráveis de inexecução, logo não se faz necessária a garantia para assegurar danos de grande impacto em caso de inexecução do objeto. Destaca-se, que em caso de aplicações de multas, o valor devido poderá ser cobrado por mecanismos legais e contratuais. Somando às justificativas supracitadas, a exigência de garantia se mostra como um fator que poderia onerar o valor final obtido na Licitação, tendo em vista que o fornecimento das modalidades previstas na Lei n. 14.133/2021 gera custo para o executor do serviço.

## **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

4.47. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.47.1. O serviço a ser prestado será o de fornecimento de acesso dedicado à Internet, através de 2 (dois) links dedicados, oferecidos por duas operadoras distintas e com infraestruturas não compartilhadas de modo a minimizar as probabilidades de indisponibilidade de acesso à internet em caso de falha da operadora. Cada um dos dois links deverá possuir velocidade fixa, bidirecional, síncrona, simétrica e permanente, com largura mínima de banda de 1Gbps Full-Duplex (1Gbps de download e 1Gbps de upload), sem limite de franquia.

4.47.1.1. Sendo o fornecimento dos links em lotes distintos, o lote que possuir o serviço de SD-WAN, deverá englobar instalação, configuração de equipamentos e de enlaces de comunicação, gerenciamento proativo de disponibilidade, desempenho e segurança e treinamento na solução contratada.

4.47.1.2. O serviço de internet ofertado deve operar com segurança, qualidade do serviço e suporte técnico de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

4.47.1.3. Deve interligar os pontos de acesso à Internet através de canal privativo e com garantia de banda, sendo esta disponibilizada em fibra óptica em sua última milha.

4.47.1.4. Os equipamentos que proverão essa conexão, bem como roteadores e acessórios, são de responsabilidade da Contratada, sendo cedidos em regime de comodato.

4.47.1.5. Deverá ser utilizada a família de protocolos TCP/IP com suporte a todas as suas versões.

4.47.2. No decorrer da vigência do contrato de prestação de serviço poderá ocorrer, por solicitação da Justiça Federal em Goiás, aumento ou redução de velocidade de acesso, observando-se o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

4.47.3. Os serviços de acesso à internet deverão possuir garantia de utilização de 100% (cem por cento) da banda contratada, para download e upload, entre o ponto de saída da Seção Judiciária de Goiás e o backbone da Internet da contratada, não sendo permitidos qualquer tipo de restrição e de modelagem de banda ou traffic shaping, exceto na situação de atuação do serviço de proteção a ataques DDoS.

4.47.4. Não será permitido o uso de trunking para atingir a velocidade contratada.

4.47.5. O acesso IP Internet fornecido pela Contratada deverá possuir latência de, no máximo, 10 ms.

4.47.5.1. Tal indicador será aferido por meio de comando ping entre a interface WAN do roteador instalado na Seção Judiciária de Goiás pela Contratada e o roteador de entrada no backbone da Contratada.

4.47.6. A rede deverá ser logicamente independente de qualquer outra rede.

4.47.7. O serviço de internet deverá operar nas faixas de velocidades contratadas, de maneira ininterrupta.

4.47.8. O serviço de anti-DDoS não poderá ser subcontratado em função de que se trata de configurações aplicadas diretamente na infraestrutura da operadora, e ainda que tal serviço deva ser prestado exclusivamente pela operadora ou por sua rede de serviços devidamente autorizada, pois não é possível terceiros não autorizados realizarem manutenção em equipamentos e/ou rede de dados de uma operadora.

4.47.9. O serviço de assistência técnica não será computado como um item separado por entendermos que tal serviço está intrinsecamente relacionado aos produtos/serviços ofertados, e ainda que tal serviço deva ser prestado exclusivamente pela operadora ou por sua rede de serviços devidamente autorizada, pois não é possível terceiros não autorizados realizarem manutenção em equipamentos e/ou rede de dados de uma operadora.

4.47.10. A solução SD-WAN deverá estar apta a realizar Multicast. Essa necessidade será definida ao longo do contrato e a Contratada deverá fazer as configurações necessárias.

## **5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

### **5.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

### **5.2. São obrigações do CONTRATADO:**

5.2.1. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.2. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.3. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.4. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.5. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.6. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.7. fazer a transição contratual, quando for o caso;

5.2.8. A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento, instalação, configuração, permissão de acesso e manutenção a todo o material/equipamento de sua propriedade (modens, roteadores, cabos, conectores e qualquer outro meio físico ou hardware) que vier a ser utilizado para a interligação dos roteadores da Seção Judiciária de Goiás.

5.2.9. Os equipamentos a serem disponibilizados pela CONTRATADA para prover o serviço deverão ser instalados no data center da Justiça Federal em Goiás.

5.2.10. Cada contratada deverá fornecer, ao menos, 6 (seis) endereços IP versão 4, públicos, fixos e válidos para roteamento na internet.

5.2.10.1. Caso o endereço IP fornecido pela Contratada estiver relacionado em blocklists como IP's suspeitos de origem de SPAM ou algo similar (sites maliciosos), a mesma deverá fornecer outra faixa em, no máximo, 5 dias úteis, sem qualquer ônus para a Seção Judiciária de Goiás ou providenciar, às suas expensas, a remoção da faixa da lista de bloqueio, ainda dentro do período de 5 dias.

5.2.11. A Contratada deverá prestar suporte na configuração e parametrização dos servidores de DNS implantados nas instalações da Seção Judiciária de Goiás, quando for necessário.

5.2.12. O acesso IP Internet fornecido pela Contratada deverá possuir latência de, no máximo, 10 ms.

5.2.12.1. Tal indicador será aferido por meio de comando ping entre a interface WAN do roteador instalado na Seção Judiciária de Goiás pela Contratada e o roteador de entrada no backbone da Contratada.

5.2.13. A Contratada deverá fornecer o link obrigatoriamente terrestre (postes ou subterrâneos), implementadas por meio de fibra óptica. Não serão permitidos acessos à Internet via rede pública de internet, conexão discada via rede telefônica pública comutada (RTPC), links por satélite (nem de alta nem de baixa órbita), rádio ou acesso baseado em tecnologia XDSL como parte da conexão entre as unidades.

5.2.14. A Contratada deverá manter central de suporte técnico que opere 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

5.2.15. Qualquer falha ou defeito comunicado à Contratada deverá ser solucionada em até 4 (quatro) horas, salvo motivo justificado.

5.2.16. O tempo de reparo será medido a partir da hora de registro do chamado na Central de Atendimento da operadora, até a hora de sua conclusão.

5.2.17. A Seção Judiciária de Goiás poderá abrir chamados de manutenção diretamente na central da Contratada, através de chamada gratuita, por telefone, interface web e e-mail, sem necessidade de prévia consulta e/ou qualquer liberação por parte da Contratada.

5.2.18. Deverá a Contratada possuir profissionais devidamente habilitados e qualificados para a prestação do suporte técnico, durante todo o período contratual.

5.2.19. A Contratada deverá se responsabilizar pela substituição dos equipamentos em caso de defeitos (queima por descarga elétrica, superaquecimento, falha do equipamento). A substituição deverá ser feita em no máximo 6 (seis) horas após aberto o chamado.

5.2.19.1. As eventuais peças substituídas deverão ser novas, originais e de primeiro uso.

5.2.19.2. Os serviços de suporte e reparo prestados, incluindo as substituições de equipamentos e hardwares, não terão qualquer ônus adicional para a Seção Judiciária de Goiás.

5.2.20. As Contratadas deverão configurar o protocolo BGP, em IPv4 e IPv6 para a divulgação dos endereços da Seção Judiciária de Goiás na tabela de roteamento global. Essa característica é obrigatória para o recebimento definitivo dos serviços de instalação dos links.

5.2.21. As Contratadas deverão estabelecer sessões BGP com a Seção Judiciária de Goiás (uma ou duas sessões, à critério da Contratante) e divulgar o seu ASN e prefixos na tabela de roteamento global, em IPv4 e IPv6, através de todos os fornecedores das Contratadas. Eventuais filtragens nestes anúncios poderão ser implementadas sob demanda da Contratante ou por sugestão das Contratadas,

desde que com o consentimento de todos os envolvidos.

5.2.22. As Contratadas deverão prover à Seção Judiciária de Goiás a tabela BGP Global (full routing) ou tabela parcial (rotas das Contratadas e dos seus clientes diretamente conectados) mais rota padrão (default), de acordo com o interesse da Seção Judiciária de Goiás, em cada uma das sessões BGP estabelecidas.

5.2.23. A Contratada deverá garantir que o equipamento concentrador da rede SD-WAN atenderá a capacidade (velocidade) da rede, garantindo assim o funcionamento adequado da solução.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **Condições de execução**

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: o prazo de execução será iniciado a partir da emissão da Ordem de Serviço;

6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

6.1.2.1. O serviço a ser prestado será o de fornecimento de acesso dedicado à Internet, através de 2 (dois) links dedicados, oferecidos por duas operadoras distintas e com infraestruturas não compartilhadas de modo a minimizar as probabilidades de indisponibilidade de acesso à internet em caso de falha da operadora. Cada um dos dois links deverá possuir velocidade fixa, bidirecional, síncrona, simétrica e permanente, com largura mínima de banda de 1Gbps Full-Duplex (1Gbps de download e 1Gbps de upload), sem limite de franquia.

6.1.2.1.1. Sendo o fornecimento dos links em lotes distintos, o lote que possuir o serviço de SD-WAN, deverá englobar instalação, configuração de equipamentos e de enlaces de comunicação, gerenciamento proativo de disponibilidade, desempenho e segurança e treinamento na solução contratada.

6.1.2.1.2. O serviço de internet ofertado deve operar com segurança, qualidade do serviço e suporte técnico de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

6.1.2.1.3. Deve interligar os pontos de acesso à Internet através de canal privativo e com garantia de banda, sendo esta disponibilizada em fibra óptica em sua última milha.

6.1.2.1.4. Os equipamentos que proverão essa conexão, bem como roteadores e acessórios, são de responsabilidade da Contratada, sendo cedidos em regime de comodato.

6.1.2.1.5. Deverá ser utilizada a família de protocolos TCP/IP com suporte a todas as suas versões.

6.1.2.2. No decorrer da vigência do contrato de prestação de serviço poderá ocorrer, por solicitação da Justiça Federal em Goiás, aumento ou redução de velocidade de acesso, observando-se o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

6.1.2.3. A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento, instalação, configuração, permissão de acesso e manutenção a todo o material/equipamento de sua propriedade (modens, roteadores, cabos, conectores e qualquer outro meio físico ou hardware) que vier a ser utilizado para a interligação dos roteadores da Seção Judiciária de Goiás.

6.1.2.4. Os equipamentos a serem disponibilizados pela CONTRATADA para prover o serviço deverão ser instalados no data center da Justiça Federal em Goiás.

6.1.2.5. Os serviços de acesso à internet deverão possuir garantia de utilização de 100% (cem por cento) da banda contratada, para download e upload, entre o ponto de saída da Seção Judiciária de Goiás e o backbone da Internet da contratada, não sendo permitidos qualquer tipo de restrição e de modelagem de banda ou traffic shaping, exceto na situação de atuação do serviço de proteção a ataques DDoS.

6.1.2.6. Não será permitido o uso de trunking para atingir a velocidade contratada.

6.1.2.7. Cada contratada deverá fornecer, ao menos, 6 (seis) endereços IP versão 4, públicos, fixos e válidos para roteamento na internet.

6.1.2.7.1. Caso o endereço IP fornecido pela Contratada estiver relacionado em blocklists como IP's suspeitos de origem de SPAM ou algo similar (sites maliciosos), a mesma deverá fornecer outra faixa em, no máximo, 5 dias úteis, sem qualquer ônus para a Seção Judiciária de Goiás ou providenciar, às suas expensas, a remoção da faixa da lista de bloqueio, ainda dentro do período de 5 dias.

6.1.2.8. A Contratada deverá prestar suporte na configuração e parametrização dos servidores de DNS implantados nas instalações da Seção Judiciária de Goiás, quando for necessário.

6.1.2.9. O acesso IP Internet fornecido pela Contratada deverá possuir latência de, no máximo, 10 ms.

6.1.2.9.1. Tal indicador será aferido por meio de comando ping entre a interface WAN do roteador instalado na Seção Judiciária de Goiás pela Contratada e o roteador de entrada no backbone da Contratada.

6.1.2.10. O serviço de internet deve ser instalado na Seção Judiciária de Goiás, localizado na Rua 19, 244, Centro, Goiânia-GO. CEP: 74030-090.

6.1.2.11. A Contratada deverá fornecer o link obrigatoriamente terrestre (postes ou subterrâneos), implementadas por meio de fibra óptica. Não serão permitidos acessos à Internet via rede pública de internet, conexão discada via rede telefônica pública comutada (RTPC), links por satélite (nem de alta nem de baixa órbita), rádio ou acesso baseado em tecnologia XDSL como parte da conexão entre as unidades.

6.1.2.12. A rede deverá ser logicamente independente de qualquer outra rede.

6.1.2.13. O serviço de internet deverá operar nas faixas de velocidades contratadas, de maneira ininterrupta.

6.1.2.13.1. A Contratada deverá manter central de suporte técnico que opere 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

6.1.2.13.2. Qualquer falha ou defeito comunicado à Contratada deverá ser solucionada em até 4 (quatro) horas, salvo motivo justificado.

6.1.2.13.3. O tempo de reparo será medido a partir da hora de registro do chamado na Central de Atendimento da operadora, até a hora de sua conclusão.

6.1.2.13.4. A Seção Judiciária de Goiás poderá abrir chamados de manutenção diretamente na central da Contratada, através de chamada gratuita, por telefone, interface web e e-mail, sem necessidade de prévia consulta e/ou qualquer liberação por parte da Contratada.

6.1.2.13.5. Deverá a Contratada possuir profissionais devidamente habilitados e qualificados para a prestação do suporte técnico, durante todo o período contratual.

6.1.2.14. A Contratada deverá se responsabilizar pela substituição dos equipamentos em caso de defeitos (queima por descarga elétrica, superaquecimento, falha do equipamento). A substituição deverá ser feita em no máximo 6 (seis) horas após aberto o chamado.

6.1.2.14.1. As eventuais peças substituídas deverão ser novas, originais e de primeiro uso.

6.1.2.14.2. Os serviços de suporte e reparo prestados, incluindo as substituições de equipamentos e hardwares, não terão qualquer ônus adicional para a Seção Judiciária de Goiás.

6.1.2.15. As Contratadas deverão configurar o protocolo BGP, em IPv4 e IPv6 para a divulgação dos endereços da Seção Judiciária de Goiás na tabela de roteamento global. Essa característica é obrigatória para o recebimento definitivo dos serviços de instalação dos links.

6.1.2.16. As Contratadas deverão estabelecer sessões BGP com a Seção Judiciária de Goiás (uma ou duas sessões, à critério da Contratante) e divulgar o seu ASN e prefixos na tabela de roteamento global, em IPv4 e IPv6, através de todos os fornecedores das Contratadas. Eventuais filtragens nestes anúncios poderão ser implementadas sob demanda da Contratante ou por sugestão das Contratadas, desde que com o consentimento de todos os envolvidos.

6.1.2.17. As Contratadas deverão prover à Seção Judiciária de Goiás a tabela BGP Global (full routing) ou tabela parcial (rotas das Contratadas e dos seus clientes diretamente conectados) mais rota padrão (default), de acordo com o interesse da Seção Judiciária de Goiás, em cada uma das sessões BGP estabelecidas.

6.1.2.18. O serviço de anti-DDoS não poderá ser subcontratado em função de que se trata de configurações aplicadas diretamente na infraestrutura da operadora, e ainda que tal serviço deva ser prestado exclusivamente pela operadora ou por sua rede de serviços devidamente autorizada, pois não é possível terceiros não autorizados realizarem manutenção em equipamentos e/ou rede de dados de uma operadora.

6.1.2.19. O serviço de assistência técnica não será computado como um item separado por entendermos que tal serviço está intrinsecamente relacionado aos produtos/serviços ofertados, e ainda que tal serviço deva ser prestado exclusivamente pela operadora ou por sua rede de serviços devidamente autorizada, pois não é possível terceiros não autorizados realizarem manutenção em equipamentos e/ou rede de dados de uma operadora.

6.1.2.20. A solução SD-WAN deverá estar apta a realizar Multicast. Essa necessidade será definida ao longo do contrato e a Contratada deverá fazer as configurações necessárias.

6.1.2.21. Prover visibilidade fim a fim dos fluxos de comunicação das aplicações sobre a rede SD-WAN.

6.1.2.22. Prover visualização de todas as configurações, políticas e status dos terminais da solução SD-WAN.

6.1.2.23. A Contratada deverá garantir que o equipamento concentrador da rede SD-WAN atenderá a capacidade (velocidade) da rede, garantindo assim o funcionamento adequado da solução.

LOCAL	SITE	ENDEREÇO	CONTATO
Goiânia	Edifício-Sede	Rua 19, nº 244, Centro, CEP: 74030-090	(62) 3226-1681

6.1.3. A última milha caracteriza-se como o meio de comunicação utilizado para interligar cada unidade da Contratante ao backbone da Contratada.

6.1.3.1. O acesso (última milha) do POP da operadora, em Goiânia, até o ambiente de TIC da SJGO deverá ser por meio de fibra ótica;

6.1.3.2. Com a finalidade de garantir a redundância de acesso da Seção Judiciária de Goiás, uma mesma empresa não poderá ser a ganhadora dos 2 (dois) lotes e as empresas que os vencerem não podem compartilhar infraestrutura de última milha entre si e, na hipótese de usarem recursos de trânsito de Internet entre si, esta conexão não poderá ser utilizada para fins de comprovar a capacidade de trânsito da Contratada. Tal condição será verificada através de meios disponíveis na Internet, como exemplo o sítio <https://lg.he.net/>. Independentemente disso, as Contratadas deverão comprovar com a apresentação de documento/declaração esta condição que deverá ser mantida durante toda a vigência do contrato.

6.1.3.3. Deverão ser utilizados links de comunicação terrestre confeccionados com fibra óptica. Apenas será permitida a conversão do meio óptico para UTP para compatibilização com as interfaces dos CPE's, ou seja, roteadores ou appliances SD-WAN.

6.1.3.4. A Contratada se responsabilizará pela implantação, nas unidades da Contratante, de toda a infraestrutura necessária à configuração dos canais de comunicação. Dentre os itens de infraestrutura a serem fornecidos pela Contratada, caso seja necessário, estão:

6.1.3.4.1. Construção/reforma de caixas de passagem, instalação de dutos entre a caixa de passagem e a SJGO, lançamento de cabos, e recomposição de calçada quando for necessário. Não estão incluídas neste item obras internas nas unidades da SJGO, como lançamento de canaletas e recomposição de gesso.

6.1.4. Características gerais dos links de internet:

6.1.4.1. Devem transportar pacotes IPv4 e IPv6 com 1500 (mil e quinhentos) bytes sem exigir a fragmentação dos mesmos na camada 3 do modelo OSI.

6.1.4.2. Os links devem suportar IPv6, não sendo necessário o fornecimento de endereçamento para as redes internas da Contratante.

6.1.4.3. A velocidade de todos os links deverá ser simétrica e disponível de forma simultânea, ou seja, mesma velocidade de entrada e de saída (links full-duplex).

6.1.5. Equipamento de balanceamento de tráfego - APPLIANCE SD-WAN SJGO:

6.1.5.1. Deve ser do tipo appliance. Não será aceito equipamento servidor e sistema operacional de uso genérico.

6.1.5.2. O appliance SD-WAN deverá ser fornecido com bandeja ou suporte para montagem em rack.

6.1.5.3. Além das interfaces utilizadas para os link externos Internet, deve possuir pelo menos 2 (duas) interfaces Gigabit Ethernet (1000 Base-T), que serão utilizadas na rede interna da Contratante.

6.1.5.4. Deve possuir capacidade de agregar e balancear, no mínimo, 4 circuitos de dados externos utilizando uma interface dedicada para cada circuito.

6.1.5.5. A appliance deve ter capacidade de processamento adequada (throughput) para suportar até 4 circuitos externos com velocidade de 1Gbps cada um.

6.1.5.6. Deve permitir a configuração de ISP (rota default estática) com a utilização de probe para verificar a disponibilidade do provedor. A probe deve permitir verificar o acesso HTTP a pelo menos 1 (um) site web e deve considerar o ISP indisponível em caso de falha (ou alta latência).

6.1.5.7. Deve balancear o tráfego das aplicações entre múltiplos links simultaneamente.

6.1.5.8. Deve realizar a redistribuição do balanceamento do tráfego entre os links de comunicação utilizados, em caso de falhas nesses links, ou de acordo com as políticas de qualidade pré-definidas.

6.1.5.9. Deve monitorar a latência, o jitter e o descarte de pacotes em cada um dos links individualmente.

6.1.5.10. Deve possuir serviço de DHCP relay.

6.1.5.11. Deve implementar rotas estáticas.

6.1.5.12. Deve implementar OSPF.

6.1.5.13. Deve implementar BGP.

6.1.5.14. Deve ser possível criar políticas para a modelagem do tráfego definindo pelo menos os seguintes parâmetros:

6.1.5.14.1. IP de Origem;

6.1.5.14.2. IP de Destino;

6.1.5.14.3. Porta TCP/UDP de Destino;

6.1.5.14.4. URL de destino;

6.1.5.14.5. Aplicação de camada 7 utilizada (Office 365, MS Exchange, MS Sharepoint, etc.).

6.1.5.15. Deve ser possível definir qual link será utilizado em situação normal por determinada

aplicação.

6.1.5.16. Deve ser possível definir qual link será utilizado em caso de falha do(s) link(s) primário.

6.1.5.17. A solução deverá suportar convergência rápida de tráfego em caso de falha em um dos links. Neste caso, aceita-se que as conexões existentes sejam reestabelecidas pelo(s) outro(s) link(s).

6.1.5.18. Deve selecionar o melhor caminho de cada sessão com base em especificações do aplicativo e das condições de rede.

6.1.5.19. Deve implementar protocolo de coleta de informações de fluxos que circulam pelo equipamento, contemplando no mínimo as seguintes informações:

6.1.5.19.1. IP de origem/destino;

6.1.5.19.2. Parâmetro “protocol type” do cabeçalho IP;

6.1.5.19.3. Porta TCP/UDP de origem/destino;

6.1.5.19.4. Interface do equipamento em que o tráfego foi identificado.

6.1.5.20. VPN:

6.1.5.20.1. Deve implementar VPN IPsec com capacidade de implementar túneis site-to-site;

6.1.5.20.2. Deve permitir o estabelecimento do túnel utilizando uma “chave secreta” ou certificados digitais;

6.1.5.20.4. Deve oferecer suporte a algoritmos de criptografia de 192 bits ou superior;

6.1.5.20.5. Deve oferecer suporte pelo menos aos seguintes algoritmos de hash: SHA-256, SHA-384, SHA-512;

6.1.5.21. Deve possuir solução de gerenciamento que permita realizar configurações em todos os appliances SD-WAN da rede.

6.1.5.22. O software de gerenciamento deve fornecer as seguintes informações de cada link dos equipamentos SD-WAN da rede:

6.1.5.22.1. Taxa de transmissão e recepção de dados;

6.1.5.22.2. Quantidade de sessões ativas;

6.1.5.22.3. Status do health check;

6.1.5.22.4. Jitter;

6.1.5.22.5. Latência;

6.1.5.22.6. Perda de pacotes;

6.1.5.22.7. Estratificação de tráfego (entrada e saída) classificado por tipo (IP de origem e de destino), portas (de origem e de destino), serviço, protocolos, permitindo a sumarização dos dados coletados.

6.1.6. Níveis mínimos de serviço (NMS):

6.1.6.1. Todos os equipamentos devem ser dimensionados para suportar os requisitos informados na especificação técnica. Os dispositivos que apresentem alta utilização de recursos devem ser substituídos por outros de maior capacidade. Por alta utilização de recursos entende-se qualquer uma das situações descritas abaixo:

6.1.6.1.1. Quando o equipamento permanecer com a utilização da CPU (ou média da utilização das CPUs) acima do 70% (setenta por cento) por mais de 8 (oito) horas, contínuas ou não, em um mês específico;

6.1.6.1.2. Quando o equipamento permanecer com a utilização da memória RAM acima de 80% (oitenta por cento) por mais de 16 (dezesesseis) horas, contínuas ou não, em um

mês específico.

6.1.6.2. O prazo para substituir os equipamentos será de 60 (sessenta) dias, a partir do fechamento do mês específico em que houve a constatação de alta utilização dos recursos do equipamento, sem prejuízos das eventuais glosas e multas decorrentes dos esgotamentos dos recursos computacionais.

6.1.6.3. Não será necessário efetuar a substituição dos equipamentos nas situações em que a Contratada utilizar tráfego superior aos maiores valores definidos nas especificações dos itens.

6.1.6.4. Nem o perfil de tráfego da Seção Judiciária de Goiás e nem a utilização de recursos que não fazem parte da especificação poderão ser utilizados como argumento para a alta utilização dos recursos; Não será permitido que recursos técnicos sejam desabilitados para reduzir o consumo computacional dos dispositivos.

6.1.6.5. Não serão consideradas indisponibilidades as seguintes situações:

6.1.6.5.1. Paradas programadas pela Contratada e aprovadas pela SJGO. Neste caso, a autorização deve ser solicitada pela Contratada com, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis de antecedência;

6.1.6.5.2. Paradas ocasionadas nos equipamentos por erros de configuração causados pela SJGO, sem responsabilidade da Contratada;

6.1.6.5.3. Paradas ocasionadas por casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.

6.1.6.6. A apuração e/ou contabilização das grandezas abaixo definidas, para efeito de aferição de resultados, dar-se-á mensalmente.

6.1.6.7. O valor dos descontos por descumprimento dos níveis mínimos de serviços (DNMS) é limitado a 30% (trinta por cento) do valor mensal do contrato.

6.1.6.8. Uma vez recebido o objeto, a CONTRATADA deverá encaminhar mensalmente à Justiça Federal em Goiás, para fins de atestação e pagamento, fatura e relatório de prestação dos serviços, contendo:

6.1.6.8.1. Nota fiscal dos serviços com período de faturamento;

6.1.6.8.2. Aferição dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) para o período faturado, incluindo indisponibilidades de serviço, detalhados por dia, período e causas, bem como cálculo do índice IDM (Índice de Disponibilidade Mensal do serviço), de acordo com as condições apresentados no item níveis mínimos de serviço (NMS) definidos no item 4 deste anexo.

6.1.6.8.3. Os índices PET (Pacote com Erros de Transmissão) e PDP (Percentual de Descarte de Pacotes) serão alvo de medições eventuais, a critério da contratante;

6.1.6.8.4. Relação dos chamados de suporte técnico abertos e fechados, com identificação do chamado, problema relatado e solução adotada, no período faturado.

6.1.6.8.5. Níveis Mínimos de Serviço:

6.1.6.8.5.1. Os serviços de acesso à internet deverão estar operacionais em um regime 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana).

6.1.6.8.5.2. **LQIDM** - O Limiar de qualidade para o Índice de Disponibilidade Mensal (IDM) é de 99,5% (noventa e nove e meio por cento).

6.1.6.8.5.3. **IDM** - O Índice de Disponibilidade Mensal deverá ser calculado mensalmente por meio da seguinte fórmula:

$$IDM = \frac{T_m - T_i}{T_m} \times 100$$

onde:

a) **IDM** é o Índice de Disponibilidade Mensal do serviço (em porcentagem);

b)  $T_m$  é o tempo total mensal de operação, em minutos, no mês de faturamento;

c)  $T_i$  é o somatório dos períodos de indisponibilidade do serviço, em minutos, no mês de faturamento.

d) No caso de inoperância reincidente num período inferior a 3 (três) horas, contado a partir do restabelecimento do serviço Internet da última inoperância, considerar-se-á como tempo de indisponibilidade do serviço o início da primeira inoperância até o final da última inoperância, quando o serviço estiver totalmente operacional.

6.1.6.8.5.4. **PET** - Métrica correspondente ao Percentual de Pacotes com Erros de Transmissão, que, uma vez superada, deverá ser considerada como período de indisponibilidade do serviço:

a) A métrica Percentual de Pacotes com Erros de Transmissão (PET) se refere à relação existente entre a quantidade de pacotes transmitidos/recebidos com erro e quantidade total de pacotes transmitidos e recebidos;

b) Para medição desse percentual, a pedido da contratante, em todos os períodos solicitados, a contratada deverá realizar aferições do percentual de pacotes com erros para cada enlace integrante do acesso contratado, através da monitoração das interfaces WAN contratadas. As aferições deverão ser feitas em cada interface, por sentido de tráfego (inbound/outbound), apresentadas em valores referentes a cada intervalo de 5 (cinco) minutos, sendo o limite aceitável de erros de até 1,0% (um por cento) do total de pacotes trafegados em cada interface e sentido;

c) Para cada valor da taxa de erros por pacotes acima do limite permitido no subitem anterior, deverá ser computado período de indisponibilidade de 5 (cinco) minutos na fórmula do IDM.

6.1.6.8.5.5. **PDP** - Métrica correspondente ao Percentual de Descarte de Pacotes, que, uma vez superada, deverá ser considerada como período de indisponibilidade de serviço:

a) A métrica Percentual de Descarte de Pacotes (PDP) se refere à relação existente entre a quantidade de pacotes descartados e a quantidade de pacotes trafegados em cada interface e sentido;

b) Para medição desse percentual, a pedido da contratante, em todos os períodos solicitados, a contratada deverá realizar aferições do percentual de descarte de pacotes para cada enlace integrante do acesso contratado, através da monitoração das interfaces dos roteadores de acesso e do backbone participante do enlace. As aferições serão feitas em cada interface, por sentido (inbound/outbound), apresentadas em valores referentes a cada intervalo de 5 (cinco) minutos, sendo o limite aceitável de descartes de até 1,0% (um por cento) do total de pacotes trafegados em cada interface e sentido;

c) Serão desconsiderados os valores que ultrapassem este limite de descarte quando a contratada comprovar a utilização superior a 80% (oitenta por cento) da velocidade do respectivo enlace no mesmo intervalo;

d) Sempre que o percentual de descarte de pacotes for superior ao limite máximo permitido, será computado período de indisponibilidade de 5 (cinco) minutos na fórmula do IDM.

6.1.6.8.5.6. Sempre que duas aferições de PET e PDP estiverem acima do limite máximo permitido, desde que elas ocorram em uma mesma porta de comunicação e durante os mesmos intervalos de tempo de um mesmo dia, somente deverá ser

computado o período de indisponibilidade associada a uma delas.

6.1.6.8.5.7. Indisponibilidades serão consideradas quando ocorrer qualquer tipo de problema nos equipamentos, links de comunicação ou backbone da contratada, que impeça a transmissão ou recepção de pacotes nos serviços de acesso à Internet ou impactem no seu desempenho, mesmo que parcialmente (como por exemplo, não acessar sites internacionais).

6.1.6.8.5.8. Os períodos de manutenção, inclusive os de ordem preventiva, provocadas pela CONTRATADA serão considerados como indisponibilidade a menos que sejam previamente autorizados pela Justiça Federal em Goiás.

6.1.6.8.5.9. A violação de qualquer nível de serviço só poderá ser desconsiderada pela CONTRATADA quando for decorrente de falha em algum equipamento de propriedade da Justiça Federal em Goiás, decorrente de procedimentos operacionais por parte da Justiça Federal em Goiás, por qualquer equipamento da contratada que não possa ser corrigida por inacessibilidade causada pela Justiça Federal em Goiás ou eventuais interrupções programadas, desde que previamente autorizadas pela Justiça Federal em Goiás.

6.1.6.8.5.10. **V<sub>d</sub>** - A CONTRATADA deverá calcular o total de desconto a ser aplicado no valor total mensal do serviço, o qual será considerado como glosa, de acordo com a seguinte fórmula:

$$V_d = C_m \times \left( 1 - \frac{IDM}{100} \right)$$

onde:

- a) **V<sub>d</sub>** é o valor do desconto;
- b) **C<sub>m</sub>** é o custo mensal dos serviços prestados;
- c) **IDM** é o índice de disponibilidade mensal dos serviços, calculado no Item 4.3.

6.1.6.8.5.11. **V<sub>da</sub>** - A CONTRATADA estará sujeita a desconto adicional, a título de glosa, caso o IDM mensurado seja inferior ao Limiar de Qualidade (LQIDM), e será calculado da seguinte forma:

$$V_{da} = C_m \times (LQIDM - IDM) \times 10 \times 0,005$$

onde:

- a) **V<sub>da</sub>** é o valor do desconto adicional;
- b) **C<sub>m</sub>** é o custo mensal dos serviços prestados;
- c) **LQIDM** é o Limiar de qualidade (expresso em porcentagem), definido no item 4.2;
- d) **IDM** é o índice de disponibilidade mensal dos serviços (expresso em porcentagem), calculado no Item 4.3;
- e) **0,005** corresponde a um percentual de 0,5%.

## **Formas de transferência de conhecimento**

6.2. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.3. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **Mecanismos formais de comunicação**

6.4. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os

seguintes:

- 6.4.1. Ordem de Serviço;
- 6.4.2. Ata de Reunião;
- 6.4.3. Ofício;
- 6.4.4. Sistema de abertura de chamados;
- 6.4.5. E-mails e Cartas;

### **Formas de Pagamento**

6.5. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

### **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.6. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.7. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no ANEXO III.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Reunião Inicial**

7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até **03 (três) dias** úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.6.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- 7.6.1.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- 7.6.1.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- 7.6.1.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato.

### **Fiscalização**

7.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94,

de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

#### Fiscalização Técnica

7.8. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

7.8.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

7.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

7.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

7.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

#### Fiscalização Administrativa

7.9. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.9.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

#### Gestor do Contrato

7.10. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

7.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

7.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

7.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

7.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Níveis Mínimos de Serviços (NMS), conforme previsto no Anexo I da Especificação Técnica, Anexo II deste instrumento, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1. não produzir os resultados acordados;

8.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;  
ou

8.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do NMS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios estabelecidos no ANEXO I.

### **Do recebimento**

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **02 (dois) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

8.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado

ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

8.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **02 (dois) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

8.19. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.19.1. Testes dos Circuitos:

8.19.1.1. Após a ativação de cada um dos circuitos terá a início a fase de testes, requisito para aceitação;

- a) Não existe prazo definido para realização dos testes, que poderão se estender até perfeito funcionamento do circuito;
- b) Os equipamentos serão recusados caso sejam entregues com especificações diferentes das constantes do Edital ou da proposta da CONTRATADA ou quando apresentarem defeito durante os testes de conformidade;
- c) Os testes de aceitação dos serviços de rede serão compostos, no mínimo, por testes de:
- c.1) Conectividade e funcionamento;
  - c.2) Testes da solução de gerência da rede;
  - c.3) A aceitação ocorrerá caso os resultados dos testes estejam conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência e vinculado à entrega de 100% (cem por cento) dos circuitos contratados.
  - c.4) Um enlace da rede será considerado aceito, nos testes de conectividade, caso:
    - Os indicadores Taxa Perda de Pacotes (TPP) e Latência da Rede (LR) estiverem dentro dos, níveis mínimos de serviço (NMS) indicados no Anexo I ao termo de referência;
    - A transação padrão de um sistema corporativo on-line, a ser definido pela CONTRATANTE, puder ser completada com sucesso, dentro das características da aplicação;
    - For possível a navegação pela Intranet da CONTRATANTE;
    - Para o serviço de voz sobre IP (VoIP) for possível originar e receber ligações.
  - c.5) Um enlace da rede será considerado aceito, nos testes da solução de gerência de rede, caso se mostrem presentes as funcionalidades e relatórios, do sistema de gerência da CONTRATADA.

## **Liquidação**

8.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.22. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.22.1. o prazo de validade;
- 8.22.2. a data da emissão;
- 8.22.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.22.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.22.5. o valor a pagar; e
- 8.22.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.23. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.24. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)

8.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.28. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.30. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.35. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

8.37. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

8.37.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.38. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.39. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

8.40. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020).

8.41. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *menor preço*.

### **Regime de execução**

9.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

### **Da Aplicação da Margem de Preferência**

9.3. Aplica-se a margem de preferência conforme descrito no edital da contratação.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.12. **Ato de autorização** para o exercício da atividade de Acesso à internet, expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel nos termos da Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas,

conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômica-Financeira**

9.21 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação*.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

9.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.27.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

9.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.29.1. Por ocasião da licitação, a empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já prestou (ou está prestando) serviços de comunicação de dados com uso de Link dedicado de Internet, de ao menos 50% da velocidade e quantidade de IP's reservados indicada neste Termo de Referência.

9.29.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado mensal da contratação é de **R\$ 22.437,43 (vinte e dois mil quatrocentos e trinta e sete reais e quarenta e três centavos)**, 12 meses é de **R\$ 269.249,16 (duzentos e sessenta e nove mil duzentos e quarenta e nove reais e dezesseis centavos)**, e 30 meses é de **R\$ 673.122,90 (seiscentos e setenta e três mil cento e vinte e dois reais e noventa centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta do orçamento da União, através do Programa de Trabalho 02061003342570001 - Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional, Plano Orçamentário 0010 - Ações de Informática, Natureza da Despesa 3.3.90.40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ).

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. INFORMAÇÕES

12.1. As dúvidas e informações quanto às ESPECIFICAÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, devem ser dirimidas com o Nutec pelo e-mail: [nutec.go@trfl.jus.br](mailto:nutec.go@trfl.jus.br).

12.2. Eventuais dúvidas e informações relacionadas ao PROCEDIMENTO LICITATÓRIO poderão ser dirimidas com a Selit através do e-mail: [selit.go@trfl.jus.br](mailto:selit.go@trfl.jus.br);

**Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, da minuta de Termo de Referência:**

Responsável pela elaboração: Nágella Mendes de Queiroz - GO80534

Responsável pela revisão, supervisão e controle de qualidade: Soraya Maria Leal Yoshioka - GO58703

Este Termo de Referência classifica-se como documento de interesse público, podendo ser acessado seu inteiro teor nos sites [www.jfgo.jus.br](http://www.jfgo.jus.br) ([edital](#), [anexos](#)) e <https://www.gov.br/compras/pt-br> por todos os interessados nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#).

## ANEXOS

### I - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO I - Planilha de formação de preços

ANEXO II - Modelo de Execução do Objeto

### II - Especificações Técnicas

ANEXO I – Níveis mínimos de serviço (NMS)

ANEXO II – Glossário

### III - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Confidencialidade

## ANEXO I

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(21484187)

## ANEXO II

### ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

(21308852)

## ANEXO III

### TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

A empresa **[RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL]**, pessoa jurídica com sede em **[ENDEREÇO]**, inscrita no CNPJ/MF com o n.º **[N.º DE INSCRIÇÃO NO CNPJ/MF]**, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente EMPRESA RECEPTORA, por tomar conhecimento de informações sobre o ambiente computacional da Justiça Federal de Goiás - JFGO, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva da JFGO reveladas à EMPRESA RECEPTORA em função da prestação dos serviços objeto do contrato n.º **[ ]**/2024.

2. A expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pendrives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.
3. A EMPRESA RECEPTORA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da JFGO, das informações restritas reveladas.
4. A EMPRESA RECEPTORA compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no contrato de prestação de serviços à JFGO, as informações restritas reveladas.
5. A EMPRESA RECEPTORA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços à JFGO, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.
6. A EMPRESA RECEPTORA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo.
7. A EMPRESA RECEPTORA obriga-se a informar imediatamente à JFGO qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
8. A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa da JFGO, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre a JFGO e a EMPRESA RECEPTORA sem qualquer ônus para a JFGO. Nesse caso, a EMPRESA RECEPTORA, estará sujeita, por ação ou omissão, além das multas definidas no Termo de Referência, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela JFGO, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.
9. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas do TCU.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, a EMPRESA RECEPTORA assina o presente termo através de seus representantes legais.

Goiânia, [REDACTED] de [REDACTED] de [REDACTED].

[NOME DA EMPRESA RECEPTORA]

---

Nome:

Nome:

---



Documento assinado eletronicamente por **Andre Tadeu de Freitas Ferreira**, **Analista Judiciário**, em 14/01/2025, às 15:41 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Renato Vieira Machado**, **Técnico Judiciário**, em 14/01/2025, às 18:56 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Nagella Mendes de Queiroz**, **Auxiliar Judiciário**, em 15/01/2025, às 12:33 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **22051697** e o código CRC **FAE62B20**.

---

---

Rua 19, nº 244 - Bairro Setor Central - CEP 74030-090 - Goiânia - GO - [www.trf1.jus.br/sjgo/](http://www.trf1.jus.br/sjgo/)

0006248-49.2023.4.01.8006

22051697v4